



## A Educação para o Desenvolvimento

SÍLVIA ROQUE

Plataforma Portuguesa das ONGD

---

Em Novembro de 2001 o Conselho de Desenvolvimento da União Europeia aprovou uma resolução sobre a Educação para o Desenvolvimento em que afirma: “Considerando que, dada a interdependência global da nossa sociedade, a sensibilidade através da educação para o desenvolvimento e da informação contribui para reforçar o sentimento de solidariedade internacional e para criar um clima propício à emergência de uma sociedade intercultural na Europa; que essa mesma sensibilização contribui também para alterar os modos de vida, privilegiando um modelo de desenvolvimento sustentável para todos e, por último, para aumentar o apoio dos cidadãos à realização de esforços suplementares de financiamento público à cooperação para o desenvolvimento” (...).

O eixo fundamental da Educação para o Desenvolvimento é a opinião pública, da qual todos fazemos parte. O objectivo é torná-la capaz de reflectir e de agir no sentido da alteração de situações que provocam desequilíbrios e injustiças a nível individual e colectivo. Dela - de sectores específicos que a compõem - pode surgir a perspectiva crítica, a capacidade de reivindicação e os meios (*lobbying* e advocacia) para enfrentar os poderes, a fim de se estabelecer um diálogo implicando a mudança de decisões ou a tomada de novas decisões, sempre que necessário.

Tradicionalmente a Educação para o Desenvolvimento era vista como uma "sensibilização da opinião pública do Norte sobre os problemas dos países do Sul". Na actualidade, educar para o desenvolvimento é uma tarefa urgente em todas as sociedades, do Norte, como do Sul. Não há receitas de "como fazer" - o conhecimento das pessoas, das situações, dos desafios que se colocam em cada espaço e em cada momento, as opções quanto aos objectivos que se querem alcançar, constituem os pontos de partida essenciais.

Não há uma, mas várias, definições de Educação para o Desenvolvimento, dependentes também das interpretações relativas aos conceitos básicos que a formam - Educação e Desenvolvimento e também dos vários contextos nacionais. No entanto, a 2ª Escola de Outono de Educação para o Desenvolvimento organizada pela Plataforma Portuguesa das ONGD em 2002 debruçou-se sobre a elaboração de uma definição consensual de ED, na base de um processo participativo. Na sequência desta sessão de trabalho foi proposta a seguinte definição:

A Educação para o Desenvolvimento (ED) é um processo dinâmico, interactivo e participativo que visa:

- a formação integral das pessoas;
- a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência;
- a vivência da interculturalidade;
- o compromisso para a acção transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade;
- a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável.

A Educação para o Desenvolvimento não pode nunca confundir-se com campanhas de angariação de fundos, com objectivos de visibilidade e *marketing* de organizações ou acções, nem com iniciativas de informação oficial sobre Ajuda ao Desenvolvimento.

A Educação para o Desenvolvimento em Portugal está, a vários títulos, estreitamente vinculada à experiência histórica da ditadura e das relações externas progressivamente fechadas sob o



domínio colonial. A censura, a repressão e o isolamento internacional impediram o normal desenvolvimento da sociedade civil, afastaram e destruíram muitos dos seus actores (individuais e colectivos) mais dinâmicos e reduziram o mundo a um conjunto de territórios sobre os quais o regime detinha o poder político e económico. Ainda hoje o amadurecimento da sociedade civil é marcado, nalguns sectores, por uma lentidão e uma compartimentação significativas, continuando a girar, no que diz respeito às relações com o mundo em desenvolvimento, em torno dos laços criados com as sociedades das antigas colónias (à semelhança, aliás, do que acontece com outros países que foram potências coloniais).

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (1986) abriu novas possibilidades de actuação, nomeadamente às Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD), que se reuniram numa Plataforma Nacional em Março de 1985 (contando nesse momento com 13 membros) e que passaram a ter acesso a uma linha de financiamento especificamente dedicada a projectos de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento da responsabilidade de ONGD europeias.

Para além do financiamento, a participação da Plataforma Nacional das ONGD no Comité de Ligação das ONGD Europeias, constituiu igualmente uma nova oportunidade, ao facilitar o conhecimento de um vasto leque de experiências e o contacto com outros actores, assim como a inserção portuguesa na discussão das políticas europeias e nas acções de *lobbying* e advocacia daí decorrentes. No entanto, este processo de troca, aprendizagem e participação tem sido lento, começando agora a dar os seus frutos.

O final dos anos 80 e a década de 90 viram surgir temas mais globais (a luta pela paz em tempo de endurecimento da "guerra fria", mais recentemente as campanhas pelo cancelamento da Dívida Externa dos países mais pobres, pela luta contra o trabalho infantil, pela não proliferação de armas ligeiras, pelo papel da mulher na resolução de conflitos...), algumas tentativas interessantes, mas pontuais, de elaboração de materiais pedagógicos e de pesquisas sectoriais, e outros actores (em particular, professores e comunidades escolares, alguns grupos religiosos, incluindo nos últimos tempos paróquias, e associações juvenis, assim como a implicação mais directa de parceiros do Sul na definição e concretização das acções). A grande e peculiar experiência desta fase foi, sem dúvida, a da mobilização à escala nacional pelo apoio aos direitos do povo timorense, que marcou a sociedade portuguesa e modelou a política governamental nesta matéria.

No início deste novo século, verifica-se na sociedade civil um interesse mais amplo pelos conteúdos tratados pela Educação para o Desenvolvimento, uma necessidade de aprofundar, sistematizar e partilhar conhecimentos e metodologias de intervenção e de aderir a outras temáticas.

A Educação para o Desenvolvimento constitui uma das três áreas específicas de intervenção das Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento, a par da Cooperação para o Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária e de Emergência (ver Lei nº 66/98 de 14 de Outubro que, contudo, não é suficientemente clara quanto ao conceito de ED). Embora todos os sectores da sociedade civil possam e devam promover a Educação para o Desenvolvimento, o facto de esta fazer parte da própria missão das ONGD confere-lhes especiais responsabilidades. Por outro lado, como foi sublinhado anteriormente, há uma interligação entre as experiências de Cooperação para o Desenvolvimento e a prática da Educação para o Desenvolvimento, o que apela, uma vez mais, ao papel reconhecido às ONGD neste âmbito.

No entanto, um factor-chave para concretizar os objectivos da ED é o da aliança entre vários actores, através da participação em campanhas alargadas e da construção de parcerias. Os protagonistas e as suas relações variam em função de cada lugar e de cada momento, mas a necessidade de uma partilha de saberes e de papéis mantém-se sempre.

Em Portugal, não chegam à dezena as ONGD que reconhecem intervir no domínio da Educação para o Desenvolvimento, procurando atingir públicos-alvo escolhidos e tentando aprofundar temáticas e metodologias. As razões mais específicas para esta debilidade radicam na falta de reconhecimento da Educação para o Desenvolvimento na sociedade portuguesa, no seio



da qual persistem demasiados mitos e mal-entendidos quanto às relações do nosso país com o mundo (permanentemente actualizados pela comunicação social e frequentemente pela classe política) e onde as decisões são a maior parte das vezes tomadas sem qualquer sistematização de conhecimentos e reflexão ponderada. Acrescem a própria fraqueza do movimento associativo em geral, e as dificuldades de sustentação das ONGD, em particular, a par da inexistência de apoios dedicados à promoção da ED (quer financeiros, quer na área das referências como, por exemplo, centros de documentação e de recursos especializados) e da falta de tradição de trabalho em parceria.

A iniciativa por parte de outros actores para além das ONGD é um factor muito positivo, que necessita de ser alimentado de forma sistemática e coerente. Mas, relativamente a outros países, nota-se a falta de uma participação activa neste domínio das organizações sindicais e dos centros académicos, neste último caso essencial ao desenvolvimento apropriado de temáticas que são cada vez mais complexas.

A participação directa de parceiros do Sul, sobretudo na fase de concepção, mas também na de realização dos projectos, considerada hoje como um factor essencial para se conseguir alcançar os objectivos da ED, é ainda relativamente pouco frequente, seja pela inexistência desta visão, seja por razões de ordem financeira.

São, justamente, os parceiros do Sul com mais experiência que têm vindo a solicitar as suas congéneres do Norte no sentido de um reforço das acções de sensibilização, *lobbying* e advocacia dirigidas para a defesa dos direitos dos povos do mundo em desenvolvimento, seja no âmbito multilateral (cancelamento da dívida, acesso ao mercado internacional nomeadamente, por exemplo, a medicamentos essenciais a baixo custo, apoio à democratização e à prevenção de conflitos, etc.), seja bilateral (por exemplo, volume, qualidade e prioridades da Cooperação, entre outros).

No entanto, as organizações portuguesas demonstram ainda uma fraca capacidade neste domínio, inscrevendo-se sobretudo na lógica da participação (limitada) em campanhas internacionais cuja formulação de objectivos, recolha e tratamento da informação de suporte, disponibilização de materiais e sugestões de metodologias de actuação estão, desde logo, garantidas.